

Industriais temem barreiras do corporativismo às reformas

Expectativa é que bom senso afaste mudanças bruscas na política de câmbio e de juros

ANA CRISTINA ROSA

O tratamento que a frente das esquerdas dará à política cambial e de juros em sua proposta de governo não causa grande apreensão a representantes de setores da indústria instalada no País – ao contrário do que ocorre no mercado financeiro. Há uma espécie de consenso de que “não há espaço” para mudanças bruscas no câmbio e nos juros. Eles temem, porém, que os partidos da frente

não consigam vencer resistências internas ao aprofundamento das reformas estruturais, necessárias ao ajuste das contas públicas. Além disso, demonstram simpatia em relação à proposta de criação de uma política industrial e referendam o diagnóstico de economistas petistas de que o governo armou uma “armadilha cambial” que precisa ser desfeita.

“Não me parece que eles farão loucuras com o câmbio”, diz Roberto Nicolau Jeha, presidente da Indústria de Papel e Papelão São Roberto e secretário-geral da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Não é possível fazer ajuste cambial sem as reformas, sob pena de um aumento bru-

tal da dívida do Estado em relação ao exterior, e isso vale também para os juros”, completa o presidente do Sindipeças, Paulo Butori.

Na avaliação do diretor-geral do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi), Paulo Francini, há um “limite razoável” de bom senso que será exercido por quem quer que chegue à Presidência. Francini manda ainda um recado para a frente: “Nem é bom falar sobre câmbio em programa de governo, porque câmbio é um negócio terrí-

vel”, diz. “O atual governo cometeu um erro fantástico, e isso terá de ser corrigido, mas não se anuncia.”

Apesar de reconhecerem que existe uma curiosidade em relação ao programa da oposição, eles advertem que a frente não deve precipitar-se em decor-

rência das pesquisas eleitorais. “A divulgação é um campo fértil e aberto para desgaste, se for feita prematuramente”, analisa Butori. “Não se sabe do programa do Fernando Henrique, por exemplo.”

PRIORIDADE
À POLÍTICA
INDUSTRIAL
É ELOGIADA

A grande expectativa dos empresários é quanto à política industrial. “Ainda não vi no Brasil uma política de médio e longo prazo”, lembra Butori. “A produção doméstica tem de ser garantida, estimulada”, reforça Francini.

Para garantir a volta do crescimento econômico com a inflação sob controle – tarefa que consideram difícil, mas não impossível –, eles esperam que a frente apresente uma proposta capaz de criar condições para induzir o investimento. Entre essas condições, está a consolidação das reformas estruturais – com destaque para uma proposta tributária que desonere a produção e a revisão das reformas administrativa e previdenciária.

“Para fazer isso tudo, Lula terá de enfrentar a barreira do corporativismo”, avalia Butori. “Essa é a parte mais difícil para o PT: romper com o senso corporativista dos servidores e dar sinais de um projeto de crescimento com acerto das contas públicas”, diz Jeha.

Há também preocupação em relação à forma de inserção do Brasil na globalização da economia. Os empresários consideram inevitável o processo, mas esperam que o programa petista preveja “políticas mais ativas” de inserção do País no mercado mundial. Butori alerta, porém, para o risco de que o nacionalismo petista crie resistências ao capital externo. “E elas só serão vencidas com o tempo.”